

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil Class.: Madeira / Camp. MognoData: 29/01/93 Pg.: 14 124**Funai inicia
repressão às
madeireiras**

BRASÍLIA — Sertanistas e mateiros da Funai e fiscais do Ibama começam hoje a atuar e retirar as madeireiras que atuam de forma irregular na exploração de mogno nas áreas indígenas Trancheira Bacajá, Apite-reua e Araueté — cerca de 36 mil km² no sul do Pará.

A Funai e o Ibama também montarão barreiras nas estradas que dão acesso às reservas dos índios, impedindo novas invasões. Toda a madeira será apreendida. A operação será financiada pelo próprio Ibama que, através do ministério do Meio Ambiente, garantiu a liberação de Cr\$ 115 milhões.

Liminar — A operação contra as madeireiras será realizada para atender liminar concedida pela juíza Selene de Almeida, da 4ª Vara da Justiça Federal de Brasília, a partir de ação civil pública movida pelo Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) contra a União, Funai, Ibama e as madeireiras Importadora Perachi Ltda, Madeireira Araguaia S/A (Magico) e Indústria Madeireira Paraense Agropecuária Ltda (Impar).

Na liminar, a juíza ordenou que Funai e Ibama instalassem, num prazo de 10 dias, barreiras de vigilância nos pontos em que as referidas estradas adentram território indígena. Selene de Almeida determinou ao Ibama que aplique todas as sanções inerentes ao seu poder de polícia ambiental, multando os infratores e apreendendo produtos ilegais.

“Decisão judicial não é para ser discutida”, afirmou o ministro do Meio Ambiente, Coutinho Jorge. “É para ser acatada e cumprida”, emendou.

Por falta de recursos para custear passagens, hospedagem e alimentação, a Polícia Federal ficará fora da operação, que contará com 15 fiscais do Ibama e 20 sertanistas e mateiros da Funai. Durante um mês, as equipes atuarão em duas áreas distintas: no município de Altamira, às margens da rodovia Transamazônica, e no município de Tucumã, de onde sai a maioria das estradas construídas pelas madeireiras nas reservas indígenas do sul do Pará.

Neblina — Idêntica operação será deflagrada no Parque Nacional do Pico da Neblina para coibir a retirada de madeira em área de preservação permanente, comunicou o ministro Coutinho Jorge à juíza Selene de Almeida.